

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de **2023** da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 03/05/2023 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS completou 47 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2023, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS obteve RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E JUROS AO CAPITAL de R\$ 447.031,21.

3. Ativos

Os recursos depositados na Aplicação Financeira (Fundos DI) e na FNCC somaram R\$ 2.569.167,50. Por sua vez a carteira de operações de crédito representava R\$ 4.709.979,64.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial (PF)	4.709.979,64	100%
-------------------------	--------------	------

Os 10 Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 11,83% da carteira, no montante de R\$ 557.068,85.

4. Captação - Depósito a Prazo (RDC)

As captações, no total de R\$ 1.106.121,59, apresentaram uma diminuição em relação ao mesmo período do exercício anterior de aproximadamente 3,28%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a Prazo (PF)	1.106.121,59	100%
------------------------	--------------	------

Os 10 maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 88,15% da captação, no montante de R\$ 975.005,42.

5. Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS era de R\$ 5.681.956,25. O quadro de associados era composto por 597 cooperados, havendo uma diminuição de aproximadamente 5,98% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,82% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor Operacional, as Empresas Padrão Auditoria SS que faz a auditoria cooperativa e das demonstrações financeiras e a Empresa Control Auditoria faz auditorias de controles internos.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditoria externa, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho Fiscal e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota a Política de Crédito, aprovada, como muitas outras políticas, pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO, com mandato até a **AGO de 2025**, o Conselho Fiscal tem função complementar à Diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS aderiram, em 2007, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional. A partir de então, todos os novos colaboradores, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2023, a Ouvidoria da FNCC e da empresa Contato Seguros (Canal de Denúncias) da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Gerenciamento de Riscos

11.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na RESOLUÇÃO Nº 4.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

b) Conforme preceitua a RESOLUÇÃO Nº 4.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2019, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional e Contábeis.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) As políticas internas têm por objetividade identificar situações de risco de não conformidade.

e) As informações cadastradas são mantidas em relatórios internos.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS.

g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria, que são registrados em relatórios internos e ATA da Diretoria para acompanhamento pelo Controles Internos e Riscos.

h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

11.2 Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída RESOLUÇÃO Nº 4.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

b) Conforme preceitua os art.s 61 a 64 da Resolução CMN nº 4.557/2017, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado e de estabelecimento de limites de risco.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

11.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua a RESOLUÇÃO Nº 4.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2019, da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas A.S - COOPOWENS aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito.

c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas praticas de gestão de capital, na forma instruída da RESOLUÇÃO Nº 4.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

b) O gerenciamento de capital consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS;

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

c) Adicionalmente, podem ser realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas A.S - COOPOWENS.

12. Risco Cibernético e Segurança da Informação

O Gerenciamento do Risco Cibernético e de Segurança da Informação segue a Resolução CMN no 4.893/2021. Nossa Política de Segurança Cibernética e da Informação contemplam regras de segurança para mitigação dos riscos de ataques cibernéticos. Utilizamos as melhores práticas e ferramentas de mercado. O Plano de Ação e Resposta a Incidentes Cibernéticos são partes das ferramentas, assim como realização de testes de continuidade e de vulnerabilidade. A Diretoria reúne representantes das principais áreas relacionadas ao tema para acompanhar e avaliar as ocorrências e o desenvolvimento das ações estabelecidas para o contínuo gerenciamento e controle de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

13. Risco Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático, no âmbito da CoopOwens, é realizado de acordo com a Resolução CMN no 4.945/2021, que é a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Os controles adotados devem ser suficientes para o monitoramento e a mitigação deste risco, embora seja classificado como risco baixo em relação às atividades e processos da CoopOwens e seus associados e as demais partes.

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Rio Claro-SP, 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 e 31/12/2022

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas América do Sul
CNPJ/MF nº 48.172.860/0001-39

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		<u>7.097.352,74</u>	<u>7.102.456,68</u>	CIRCULANTE		<u>1.417.552,38</u>	<u>1.561.534,04</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				Depósitos a Prazo	8a	1.106.121,59	1.143.623,18
Disponibilidades	4a	7.875,92	254.965,72				
Títulos e Valores Imobiliários	4b	2.569.167,50	2.314.332,05				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		<u>4.515.077,19</u>	<u>4.530.823,60</u>	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		<u>311.430,79</u>	<u>417.910,86</u>
Operações de Crédito	5a	4.709.979,64	4.719.569,97	Cobrança e Arrec. Trib. E Assemelhados	9a	1.342,95	587,02
(-) Provisão p/ operação liq. Duvidosa	5a	- 194.902,45	- 188.746,37	Sociais e Estatutárias	9b	290.528,10	397.489,13
				Fiscais e Previdenciárias	10	12.172,44	11.772,85
				Diversas	11	7.387,30	8.061,86
OUTROS ATIVOS		<u>5.232,13</u>	<u>2.335,31</u>				
Outros Créditos	6	5.232,13	2.335,31				
Diversos	6	122.059,90	96.743,40				
(-) provisão p/ operação liq. Duvidosa	6	- 116.827,77	- 94.408,09				
NÃO CIRCULANTE		<u>-</u>	<u>-</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.696.148,24</u>	<u>5.570.344,67</u>
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (RLP)				Capital Social	13a	4.635.768,77	4.614.094,78
Operações de Crédito		-	-	Reserva de Sobras	13b	972.316,70	956.249,89
(-) provisão p/ operação liq. Duvidosa		-	-	Sobras do Exercício	13c	88.062,77	-
INVESTIMENTOS		<u>-</u>	<u>12.671,47</u>				
Outros Investimentos - FNCC	7a	-	12.671,47				
IMOBILIZADO DE USO		<u>16.347,88</u>	<u>16.750,56</u>				
Outras Imobilizações de Uso	7b	44.426,24	38.419,14				
Depreciação Acumulada	7b	- 28.078,36	- 21.668,58				
TOTAL DO ATIVO		<u>7.113.700,62</u>	<u>7.131.878,71</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.113.700,62</u>	<u>7.131.878,71</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEMESTRE FINDO EM 31/12/2023

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas América do Sul
CNPJ/MF nº 48.172.860/0001-39

Descrição das contas	2º SEMESTRE 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	673.306,78	1.339.059,09	1.392.138,03
Operações de Crédito	528.041,93	1.071.415,63	1.120.157,15
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	145.264,85	267.643,46	271.980,88
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	243.124,87	328.532,14
Operações de Captação no Mercado	-	156.822,65	105.690,79
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	86.302,22	222.841,35
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	539.097,24	1.095.934,22	1.063.605,89
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	648.903,01	678.656,01
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	-	654.074,33	674.437,59
Despesas Tributárias	-	-	2,53
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	5.630,66	10.848,42	11.383,42
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	-	5.677,10	15.599,31
RESULTADO OPERACIONAL	206.485,80	447.031,21	384.949,88
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	5.818,31
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	-	-	5.818,31
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E JUROS AO CAPITAL	206.485,80	447.031,21	390.768,19
<i>Juros ao Capital próprio</i>	-	336.952,74	310.219,82
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	-	110.078,47	80.548,37
F A T E S	-	11.007,85	48.329,02
Reserva Lucros	-	11.007,85	32.219,35
Total das Destinações	-	22.015,70	80.548,37
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO (à disposição da AGO)	-	88.062,77	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEMESTRE FINDO EM 31/12/2023
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas América do Sul
CNPJ/MF nº 48.172.860/0001-39

Descrição das contas	2º SEMESTRE 2023	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	-	130.466,94	110.078,47
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-	130.466,94	110.078,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEMESTRE FINDO EM 31/12/2023				
(Em reais)				
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas América do Sul				
CNPJ/MF nº 48.172.860/0001-39				
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 01/01/2022	4.323.780,76	924.030,54	-	5.247.811,30
Destinações das Sobras				
F A T E S - Atos cooperativos (AGO)	-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital	586.025,15	-	-	586.025,15
(-) Devolução de capital	(602.978,51)	-	-	(602.978,51)
(-) IRRF sobre o Capital	(2.952,44)	-	-	(2.952,44)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Sobras do Exercício	-	-	390.768,19	390.768,19
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Juros ao Capital Próprio	310.219,82	-	(310.219,82)	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(48.329,02)	(48.329,02)
Reserva Legal	-	32.219,35	(32.219,35)	-
Saldos em 31/12/2022	4.614.094,78	956.249,89	-	5.570.344,67
Saldos em 01/01/2023	4.614.094,78	956.249,89	-	5.570.344,67
Destinações das Sobras				
F A T E S - Atos cooperativos (AGO)	-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital	565.305,56	-	-	565.305,56
(-) Devolução de capital	(877.621,93)	-	-	(877.621,93)
(-) IRRF sobre o Capital	(2.962,38)	-	-	(2.962,38)
Lei Complementar 196/2024 - créd. Não recl.	-	5.058,96	-	5.058,96
Sobras do Exercício	-	-	447.031,21	447.031,21
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Juros ao Capital Próprio	336.952,74	-	(336.952,74)	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(11.007,85)	(11.007,85)
Reserva Legal	-	11.007,85	(11.007,85)	-
Saldos em 31/12/2023	4.635.768,77	972.316,70	88.062,77	5.696.148,24
Mutações do exercício	21.673,99	16.066,81	88.062,77	125.803,57
Saldos em 01/07/2023	4.416.280,23	956.249,89	240.545,41	5.613.075,53
Destinações das Sobras				
F A T E S - Atos cooperativos (AGO)	-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital	301.586,77	-	-	301.586,77
(-) Devolução de capital	(416.088,59)	-	-	(416.088,59)
(-) IRRF sobre o Capital	(2.962,38)	-	-	(2.962,38)
Lei Complementar 196/2024 - créd. Não recl.	-	5.058,96	-	5.058,96
Sobras do Semestre	-	-	206.485,80	206.485,80
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Juros ao Capital Próprio	336.952,74	-	(336.952,74)	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(11.007,85)	(11.007,85)
Reserva Legal	-	11.007,85	(11.007,85)	-
Saldos em 31/12/2023	4.635.768,77	972.316,70	88.062,77	5.696.148,24
Mutações do Semestre	219.488,54	16.066,81	(152.482,64)	83.072,71
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEMESTRE FINDO EM 31/12/2023
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fiberglas América do Sul
CNPJ/MF nº 48.172.860/0001-39

	2º SEMESTRE DE 2023	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E JUROS AO CAPITAL	206.485,80	447.031,21	390.768,19
Despesa de Juros ao Capital Próprio	(336.952,74)	(336.952,74)	(310.219,82)
Provisão para Operações de Crédito	(17.915,73)	6.156,08	26.873,29
Depreciações	3.307,18	6.409,78	5.841,40
Juros ao capital FNCC	-	-	(1.357,66)
	(145.075,49)	122.644,33	111.905,40
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	150.094,21	9.590,33	(133.736,28)
Outros Créditos	470,31	(2.896,82)	(1.216,84)
Depósitos	(20.088,74)	(37.501,59)	(42.282,32)
Obrigações Sociais e Estatutárias	(79.658,33)	(106.961,03)	(56.681,37)
Obrigações Fiscais e Previdenciária	4.809,89	399,59	5.545,11
Outras Obrigações	(816,73)	81,37	(37.134,55)
	54.810,61	(137.288,15)	(265.506,25)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	(90.264,88)	(14.643,82)	(153.600,85)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	(5.018,00)	(6.007,10)	(3.984,94)
Baixa de Investimentos - COTAS CAP. FNCC	12.671,47	12.671,47	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.653,47	6.664,37	(3.984,94)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento por novos aportes de Capital + JUROS AO CAP.	638.539,51	902.258,30	896.244,97
Devolução de Capital à Cooperados	(416.088,59)	(877.621,93)	(602.978,51)
(-) IRRF sobre o Capital	(2.962,38)	(2.962,38)	(2.952,44)
Lei Complementar 196/2024 - créd. Não recl.	5.058,96	5.058,96	-
FATES Sobras Exercício	(11.007,85)	(11.007,85)	(48.329,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	213.539,65	15.725,10	241.985,00
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	130.928,24	7.745,65	84.399,21
<i>No início do período</i>	<i>2.446.115,18</i>	<i>2.569.297,77</i>	<i>2.484.898,56</i>
<i>No fim do período</i>	<i>2.577.043,42</i>	<i>2.577.043,42</i>	<i>2.569.297,77</i>
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa	130.928,24	7.745,65	84.399,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Owens Corning Fibreglas América do Sul, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/05/1976, filiada à Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC, em conjunto com outras cooperativas singulares. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela LEI COMPLEMENTAR Nº 196, DE 24 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015 E 5.051/2022, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 190/2022, Resolução CMN nº 5.051/2022, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria, em sua reunião datada de 22/02/2024.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor O Banco Central emitiu a Resolução 4.818/2020 e BCB 2/2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; iv) divulgação de resultados não recorrentes e v) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL. Segue o art. 194 do Decreto nº 9.580/2018 3 no art. 193 do decreto.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas de aplicação de baixo risco em Fundo DI, avaliadas pelo método de custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas por desvalorização.

g) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, equipamentos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

k) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2023 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
a) Caixa e depósitos bancários	7.875,92	254.965,72
Sub-Total	7.875,92	254.965,72
b) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (*)	2.554.975,51	2.314.332,05
c) Outras Participações - FNCC (FED. NAC. COOPS. DE CRÉDITO)	14.191,99	-
Total	2.569.167,50	2.314.332,05

(*) Referem-se à aplicação financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Banco Itaú SA. Os Fundos DI apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo DI Dis	618.231,39	590.250,93
Fundo DI Trust	567.502,98	582.942,27
Fundo DI Personnalité	567.899,36	568.849,60
Fundo DI Index	801.341,78	572.289,25
Total	2.554.975,51	2.314.332,05

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito e da provisão de crédito segregada por Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total da Carteira
Carteira de Crédito	4.709.979,64	-	4.709.979,64
Provisão de Liquidação Duvidosa	-	194.902,45	194.902,45
Carteira de Crédito	4.515.077,19	-	4.515.077,19

(Valores expressos em reais – R\$)

Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprestimos	Total em 31/12/2023	Total da Provisão em 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Total da Provisão em 31/12/2022
AA		Normal	-	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	3.169.880,78	3.169.880,78	15.849,40	3.517.136,18	17.585,68
A	0,5%	Vencidas	-	-	1,40	-	-
B	1%	Normal	313.022,26	313.022,26	3.130,22	306.408,64	3.064,09
B	1%	Vencidas	394,58	394,58	3,95	3.117,18	31,17
C	3%	Normal	937.837,98	937.837,98	28.135,14	604.273,18	18.128,20
C	3%	Vencidas	44.891,53	44.891,53	1.346,75	49.589,37	1.487,68
D	10%	Normal	47.060,01	47.060,01	4.706,00	48.582,22	4.858,22
D	10%	Vencidas	-	-	-	3.652,55	365,26
E	30%	Normal	19.416,41	19.416,41	5.824,92	5.487,47	1.646,24
E	30%	Vencidas	18.274,72	18.274,72	5.482,42	31.269,04	9.380,71
F	50%	Normal	14.371,52	14.371,52	7.185,76	10.799,88	5.399,94
F	50%	Vencidas	32.139,79	32.139,79	16.069,90	20.732,06	10.366,03
G	70%	Normal	6.628,98	6.628,98	4.640,29	6.963,51	4.874,46
G	70%	Vencidas	11.782,57	11.782,57	8.247,80	-	-
H	100%	Normal	294,73	294,73	294,73	24.672,80	24.672,80
H	100%	Vencidas	93.983,78	93.983,78	93.983,78	86.885,89	86.885,89
Total Normal			4.508.512,67	4.508.512,67	(69.766,47)	4.524.323,88	(80.229,62)
Total Vencido			201.466,97	201.466,97	(125.135,98)	195.246,09	(108.516,74)
Total Geral			4.709.979,64	4.709.979,64	(194.902,45)	4.719.569,97	(188.747,56)
Provisões (-)			(194.902,45)	(194.902,45)		(188.747,56)	
Total Líquido			4.515.077,19	4.515.077,19		4.530.822,41	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/1999 estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2023
Empréstimos	700.391,47	4.009.588,17	-	4.709.979,64
Total	700.391,47	4.009.588,17	-	4.709.979,64

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimo	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	4.709.979,64	4.709.979,64	4.719.569,97	4.719.569,97
Total	4.709.979,64	4.709.979,64	4.719.569,97	4.719.569,97

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	188.746,37	161.873,07
Aditivo de Provisão p/ Prejuízo	118.093,94	189.903,42
Baixa Prov. Empréstimos	- 111.937,86	163.030,12
Total	194.902,45	188.746,37

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	99.223,56	2,1%	99.856,47	2,1%
10 maiores devedores	557.068,85	11,8%	609.602,58	12,9%
50 maiores devedores	1.810.191,53	38,4%	1.845.253,32	39,1%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	1.436.067,23	1.582.868,83
Crédito Baixado para Prejuízo	110.064,62	140.315,43
Recuperação de Crédito Baixado p/ Prejuízo	- 79.817,37	287.117,03
Total	1.466.314,48	1.436.067,23

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2023			31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores Diversos c/ carac. Crédito	116.827,77	-	116.827,77	-
Devedores Diversos Plano de Saúde Unimed	898,47	-	898,47	-
Devedores Diversos	4.333,66	-	4.333,66	96.743,40
(-) Provisão p/ oper. Liq. Duvidosa - c/ carac. Crédito	-	-	-	94.408,09
Total	5.232,13	-	5.232,13	2.335,31

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – PERMANENTE**a) Investimentos**

O saldo é representado por quotas do Banco Itaú e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
FNCC-Federação Nacional Coopertivas Crédito	-	12.671,47
Total	-	12.671,47

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2023		31/12/2022		Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	
Móveis e equipamentos de uso	32.348,36	(17.787,10)	26.341,26	(13.792,80)	10%
Sistema Processamento Dados	12.077,88	(10.291,26)	12.077,88	(7.875,78)	20%
Sub-Total	44.426,24	(28.078,36)	38.419,14	(21.668,58)	
Total		16.347,88		16.750,56	

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – DEPÓSITOS**a) Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados e totalizam o valor:**

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Aplicador	195.096,52	17,6%	175.153,30	15,3%
10 maiores aplicadores	975.005,42	88,1%	980.931,46	85,8%
50 maiores aplicadores	1.106.121,59	100,0%	1.143.623,18	100,0%
Total Carteira	1.106.121,59	100,0%	1.143.623,18	100,0%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Pessoa Física	1.106.121,59	1.143.623,18
Depósito à Prazo	1.106.121,59	1.143.623,18
Total	1.106.121,59	1.143.623,18

(Valores expressos em reais – R\$)

As operações de depósito são de curto prazo.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil) por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme constituído pela Resolução CMN 4933/21.

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IOF a recolher	1.342,95	587,02
a) Cobrança e Arrec. De Trib.e Assemelhados	1.342,95	587,02
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	269.364,37	377.475,08
Cotas de capital a pagar	21.163,73	20.014,05
b) Sociais e Estatutárias	290.528,10	397.489,13

(Valores expressos em reais – R\$)

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e colaboradores da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e, no mínimo, de 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As Cotas de Capital a pagar para ex-cooperados.

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações Fiscais e Previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRRF a Recolher sobre Juros ao Capital	2.962,38	-	2.962,38	2.952,44
IRRF a Recolher RDC - Rec. Depósito a Prazo	2.540,98	-	2.540,98	8.820,41
Impostos e Contribuições a Recolher - Serv. Terceiros	6.669,08	-	6.669,08	-
Total	12.172,44	-	12.172,44	11.772,85

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Serasa	289,86	-	289,86	280,20
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Diversos	6.299,01	-	6.299,01	5.803,78
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Fácil Informática	-	-	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Créditos de Associados	798,43	-	798,43	1.977,88
Depósitos não identificados	-	-	-	-
Total	7.387,30	-	7.387,30	8.061,86

(Valores expressos em reais – R\$)

As operações acima são classificadas no curto prazo.

NOTA 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis com valores justos e não opera com instrumentos financeiros derivativos e operações sujeitas à variação cambial e preço de ações. Com destaque para disponibilidades, operações de crédito e depósitos a prazo.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	4.635.768,77	4.614.094,78

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Total de associados	597	635

(b) Reserva Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de, no mínimo de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal (40%)	972.316,70	956.249,89

(c) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa, o percentual mínimo de destinação das sobras líquidas ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social é de 10% e para Reserva Legal de 10%. Em 31/12/2023 destinamos 60% % para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e 40% para a Reserva Legal. As destinações realizadas acima do previsto no estatuto social serão ratificadas na próxima assembleia geral ordinária.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras / Lucro Líquido do exercício após Juros ao Capital	110.078,47	80.548,37
Destinações estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(11.007,85)	(48.329,02)
Reserva legal	(11.007,85)	(32.219,35)
Sobras à disposição da Assembleia Geral		
Total	88.062,77	(0,00)

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e colaboradores da cooperativa.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa sendo Diretores e Conselheiros Fiscais.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

A garantia oferecida em razão das operações de crédito é a nota promissória e ou avalista

Montante das operações ativas e passivas no exercício:

Operações com partes relacionadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	56.391,79	255.961,21
Capital - Cotas	59.138,04	110.199,42
RDC - Recibo de Depósito a Prazo	-	-

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 15 – CONTIGÊNCIAS PASSIVAS

Até o fechamento do exercício em consultas realizadas a Cooperativa de ECMF Owens Corning Fibreglas América do Sul não existem processos judiciais em que figura como pólo passivo.

NOTA 16 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa ao final do exercício, remunerou o capital de seus associados. Os critérios obedeceram a Lei complementar 190/2022. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial e de Custódia - Selic. A referida despesa operacional foi demonstrada na Demonstração de Sobras e Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

NOTA 17 – ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO DE RISCOS.

De acordo com os critérios estabelecidos nas normas do Conselho Monetário Nacional, a CoopAspacer optou por utilizar estruturas e metodologias simplificadas de gerenciamento contínuo de riscos e apuração do requerimento mínimo do Patrimônio de Referência estabelecidos na Resolução CMN nº 4.606, de 19/10/2017. Pelo seu porte e pela natureza de suas operações, a CoopAspacer enquadra-se no Segmento 5 (S5) de classificação das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial estabelecida pela Resolução CMN nº 4.553, de 30/01/2017. Não detém e não realiza operações consideradas complexas. Suas operações são efetuadas, preponderantemente, sob a forma de crédito pessoal concedido aos associados, e as disponibilidades financeiras aplicadas, em sua maior parte, em fundos de investimento de renda fixa de baixo risco. As atividades de gerenciamento de riscos observam as práticas e as diretrizes regulatórias quanto à segregação entre as funções de controles/gestão de riscos e de negócios. As políticas de gerenciamento de riscos são revisadas periodicamente pela Diretoria para garantir a uniformidade nos processos e decisões, a integridade dos ativos, a relação entre risco e retorno em níveis sustentáveis e o atendimento às exigências e normas legais.

NOTA 18 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados o qual analisa a adequação do Capital Próprio em relação à exposição aos riscos dos ativos. O percentual mínimo é de 17%, conforme legislação em vigor:

Especificação:	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Índice de Basileia	89,83%	90,60%

NOTA 19 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

Nos exercícios de 2023 e 2022 a COOPOWENS não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

NOTA 20 - PLANO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDNA NA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2022.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras. Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pela Administração da Cooperativa em 28/09/2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da Cooperativa e ao Segmento 5 (S5) no qual a Cooperativa está enquadrada.

Durante o ano de 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram novos normativos que dispõem, alteram, revogam e compõem o arcabouço regulatório da convergência no Brasil do IFRS9, se trata de disposições esperadas pelas instituições para implementação e mudança dos critérios contábeis de classificação, mensuração e reconhecimentos dos instrumentos financeiros.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do **exercício de 2024**, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Amarildo Jorge Caram
Diretor Presidente

Anderson da Silveira Murari
Contador
CRC: SP-258.240/O-0